



Por Amarílio Ferreira Júnior*

Este artigo tem como objetivo expor a face mais obscura e perversa da repressão policial-militar que se abateu sobre a sociedade brasileira durante a vigência da ditadura militar (1964-1985): a tortura dos presos políticos. O terror de Estado, implantado pelo regime militar, não tem similitude na história republicana, nem mesmo com o "Estado Novo" de Getúlio Vargas (1937-1945). Contudo, ainda é um tema tabu para a sociedade brasileira, no que pese o esforço de determinadas agências de defesa dos direitos humanos.

Vários são os fatores que corroboram para manter a tortura - praticada pelos aparelhos repressivos organizados durante o regime militar - envolta numa espessa nuvem de fumaça. Dois deles são relevantes. Imbricados numa mesma lógica política estão: (A) a forma como se operou a transição entre o regime militar e o chamado Estado de direito democrático. O pacto acordado entre as principais frações das classes dominantes brasileiras preservou, na sua essência, os princípios consubstanciados pelo "Programa de Ação Econômica do Governo", do general-presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), redigido pelo "useiro e vezeiro"¹ fabricante de planos econômicos - Roberto Campos. E (B) as Forças Armadas, como centro do poder estabelecido pelo golpe de Estado de 1964, não tiveram os seus atos políticos julgados após o fim do regime militar. Amparados pelos dispositivos jurídicos da Lei de Anistia (1979), os torturadores dos órgãos de repressão foram perdoados dos seus crimes sem nunca terem sido julgados e condenados pelos tribunais constitucionais. Deste modo, a dita comunidade de informações e repressão do regime militar ficou preservada de uma devassa por parte da sociedade civil brasileira após 1988. Pior: ficou impedida de conhecer os meandros dos porões - (incluindo os arquivos) da ditadura militar.

Mas o lento processo de consolidação das liberdades democráticas no âmbito da sociedade brasileira vem lançando cada vez mais luzes sobre esse período sinistro da história brasileira coetânea. Nesta perspectiva, o presente artigo pretende ajudar a construir uma consciência nacional de oposição a qualquer tipo de atentado contra os direitos humanos, notadamente, daqueles perpetrados pelos aparelhos repressivos de Estado.

O golpe de Estado travestido de "Poder Constituinte"

O manifesto "À Nação", das forças que empalmaram o poder por meio de um golpe de Estado em 1964, assim se reportava ao processo de instalação da ditadura militar:

"A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição

1 - Expressão usada pelo ex-primeiro-ministro Tancredo Neves (8/09/1961 a 26/06/1962) para designar os dotes tecnocráticos de Roberto Campos (Congresso: A despedida de Roberto Campos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1999. Caderno A, p. 8.).

ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destituiu o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa inerente ao Poder Constituinte" (grifo nosso)².

Na verdade, o golpe militar de 1964 era uma contra-revolução. Impôs a autocracia burguesa como mecanismo político capaz de impedir a transformação da "democracia restrita", contida na Carta de 1946, numa "democracia de participação ampliada"³. O golpe militar de 1964 foi fruto, mais uma vez, da velha tradição do "arranjo político"⁴ que, desde o período da Independência (1808-1822) sempre marcou o tipo de poder exercido pelas "classes superiores"⁵ brasileiras. A principal característica do poder dominante brasileiro foi a exclusão das classes subalternas das tomadas de decisões políticas sobre o futuro do presente que regia os destinos da própria sociedade na qual viviam e ajudavam a construir.

No contexto do modelo de capitalismo dependente⁶, assumido historicamente pelas classes dominantes, nunca "foi nem é tão difícil excluir ou silenciar os setores destituídos e as classes pobres, marginalizado-os dentro ou fora da ordem social competitivas"⁷. Assim, o sentido histórico da formação social brasileira pode ser caracterizado pela existência de uma política elitista e excludente. Jaguaribe, analisando o caráter autoritário do regime militar, chegou à seguinte conceituação teórica:

"O quadro institucional que configura o atual regime brasileiro, considerado em seu aspecto mais amplo, apresenta, como principais características: 1) um Estado autoritário, dotado de grande capacidade superordenadora da sociedade civil; 2) um sistema produtivo baseado na grande empresa privada, apoiada por uma importante rede de empresas de serviços públicos; e 3) um conjunto de normas e medidas, explícitas e implicitamente orientadas no sentido da exclusão seletiva, de qualquer forma apreciável de poder ou influência dos intelectuais, da Igreja, e de grupos organizados de estudantes, trabalhadores e representantes autônomos de setores e interesses populares, ou seja, de quaisquer núcleos capazes de constituir um centro de aglutinação de formas efetivas de oposição ao regime" (grifo nosso)⁸.

O coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, último líder da Aliança Renovadora Nacional no Senado Federal⁹, defendeu a ruptura constitucional ocorrida em 1964 como uma contra-revolução preventiva, argumentando que:

"As Forças Armadas, tipicamente oriundas da classe média, foram impelidas à rebelião, e tão pouco à vontade para dar o golpe de Estado que o chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, que fora sempre um legalista, em face da intranqüilidade que tomara conta da Nação, somente em 20 de março distribuiu uma circular aos subordinados. Após relembra a escalada revolucionária das agitações, a pregação do fechamento do Congresso e convocação de uma Constituinte, escreveu: 'A ambiciosa Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura'. Por isso, chamo o 31 de Março de 1964 de contra-revolução" (grifo nosso)¹⁰.

Já o tenente-brigadeiro-do-ar Sérgio Xavier Ferolla, comandante e diretor de Estudos da Escola Superior de Guerra, em 1994, argumentou que o golpe militar de 1964 "não foi uma típica quartelada latino-americana"¹¹. Para o "esguiano", as forças sócio-políticas que tomaram o poder de Estado eram detentoras de um projeto nacional de longo prazo porque:

"Muitas foram as realizações do primeiro período do governo pós-revolucionário, notadamente o controle do processo inflacionário, a criação do Sistema Financeiro da Habitação, a reorganização administrativa do Estado através do decreto-lei 200, entre outras iniciativas modernizadoras e eficazes no plano social. (...) um crescimento econômico a altas taxas por vários anos seguidos até o impacto dos sucessivos choques (do petróleo), a notável expansão quantitativa e qualitativa do sistema nacional de telecomunicações, a ampliação do parque industrial brasileiro com base no esforço indutor do Estado e a solução do problema da demanda reprimida no setor energético, para ficar apenas com alguns exemplos" (grifo nosso)¹².

Alípio Freire (ex-Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil), Izaías Almada (ex-Vanguarda Popular Revolucionária) e J. A. de Granville Ponce (ex-Ação Libertadora Nacional), militantes de esquerda que fizeram oposição armada ao regime militar, assim

2 - BRASIL, 1964. p. 3257

3 - FERNANDES, 1980. p. 113.

4 - PRADO JÚNIOR, 1991. p. 52.

5 - PRADO JÚNIOR, 1991. p. 52.

6 - Um exame do conceito de capitalismo dependente pode ser encontrado em: FLORESTAN, Fernandes. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 43 Etseq

7 - FERNANDES, 1981. p. 58.

8 - JAGUARIBE, 1974. p. 40.

9 - O coronel Jarbas Gonçalves Passarinho também foi Ministro do Trabalho (governo do general Arthur da Costa e Silva), Ministro da Educação (governo do general Emílio Garrastazu Médici), Ministro da Previdência Social (governo do general João Batista Figueiredo) e Ministro da Justiça (governo de Fernando Collor de Melo). (Os anos de chumbo revisitados, *Folha de São Paulo* São Paulo, 25 ago. 1996. Caderno: Mais!, p. 5).

10 - PASSARINHO, 1997. p. A 2.

11 - FEROLLA, 1994. p. 3.

12 - FEROLLA, 1994. p. 3.

descreveram o significado histórico do golpe de Estado de 1964:

"O golpe militar de 1964, dado contra um governo legalmente eleito e constituído em 1960, é um ato de violência contra as instituições brasileiras. E violência armada. Empresários, militares e políticos de direita, apoiados pelos Estados Unidos, pelo capital internacional e pela Igreja, rompem a legalidade democrática. Fecham o Congresso Nacional, invadem e fecham sindicatos, escolas e entidades estudantis, empastelam jornais, prendem, torturam e matam. O golpe de estado é o início da violência política no Brasil dos anos 60" (grifo nosso)¹³.

A instalação do regime militar acentuou o traço autoritário e excludente que, historicamente, assinalou o processo de formação social brasileiro. Ele engendrou uma célere modernização nas relações capitalistas de produção que teve como um dos seus principais corolários, a concentração de renda nas mãos de uma fração minoritária da população¹⁴. Furtado, analisando essa característica do modelo econômico adotado pelo regime militar, assinalou que:

"(...) o paradoxo está em que o Brasil não é a rigor um país pobre, vale dizer, impossibilitado de solucionar esse tipo de problema pelos próprios meios. Há vários anos já, Edmar Bacha nos chamava atenção para o fato de que para eliminar o problema da miséria no Brasil, bastaria reduzir a participação na renda nacional dos 10 por cento mais ricos da população a um nível similar ao que se observa em certos países que têm uma renda per capita comparável à nossa, tais como a Coreia do Sul e Formosa"¹⁵.

Do ponto de vista das relações capitalistas de produção, a arquitetura política que definiu os principais traços do modelo econômico do regime militar combinava o atraso com o moderno. A unidade entre continuidade e ruptura no processo de crescimento do capitalismo brasileiro ganhou a seguinte definição teórica de Coutinho:

"Por um lado, gradualmente e 'pelo alto', a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária; e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social. Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado" (grifo nosso)¹⁶.

O regime militar, na tradição autoritária da formação capitalista brasileira, não levava em consideração as distinções ideológicas quando se tratava de seus opositores: tanto os de extração liberal clássica como os dos vários matizes que permeavam as esquerdas foram reprimidos. Dependendo da conjuntura política, ora as punições davam-se por meio da utilização do arcabouço jurídico de exceção, ora mediante o uso dos aparelhos repressivos do Estado ditatorial, ou na combinação das duas formas de repressão.

O terror de Estado: prisão, tortura, morte e desaparecimento dos presos políticos

A memória golpista tenta impingir a idéia de que os acontecimentos de abril de 1964 foram encabeçados por um militar "legalista e democrático"¹⁷. O ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil durante a primeira metade dos anos sessenta, Lincoln Gordon¹⁸, também corroborou com essa narrativa. A sua posição a esse respeito foi categórica: "A democracia poderia ter sido restaurada mais cedo? Sim. Castello Branco certamente queria isto. Ele foi impedido pela desnecessária crise de 1965 provocada pelo retorno extemporâneo de Juscelino Kubitschek da Europa"¹⁹. Contudo, o Artigo 2º do Ato Institucional nº 1 não deixou dúvidas sobre o verdadeiro significado histórico do que ocorreu em 1964:

"A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional,

13 - FREIRE et al., 1997. p. 28-29.

14 - Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão do Ministério do Planejamento e Orçamento, intitulado "O Impacto do Crescimento Econômico e de Redução do Grau de Desigualdade sobre a Pobreza", concluiu que hoje existem 35% dos brasileiros na condição de pobreza, num universo de mais ou menos 155 milhões de habitantes. (Crescimento só reduz pobreza lentamente. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 dez 1997. Caderno B, p. 1.).

15 - FURTADO, 1982. p. 61.

16 - COUTINHO, 1989. p. 121.

17 - DULLES, 1983. p. 15.; VIANNA, 1975. p. 93.; PASSARINHO, 1996. p. 246.; CAMPOS, 1994. p. 565 Et seq.; FEROLLA, 1994. p. 3.

18 - Sobre o papel do embaixador americano na conspiração política que culminou no golpe militar de 1964, Philip Agee, ex-espião da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos no Brasil, declarou que: "homem-chave neste processo foi o embaixador Lincoln Gordon, que trabalhou intimamente com a CIA em todas as operações de influência e manipulação de grupos supostamente liberais e pluralistas que saíram às ruas contra o governo". (AGEE, 1997. p. 5.)

19 - GORDON, 1994. p. 3.

*dentro de dois (2) dias a contar deste Ato em sessão pública e votação nominal" (grifo nosso)*²⁰.

Os episódios de 1964 representaram, portanto, a ruptura da legalidade democrática instituída após 1945. O general Humberto de Alencar Castello Branco não cumpriu com os seus deveres de servidor militar federal que tinha jurado promover a defesa intransigente dos preceitos constitucionais contidos na Carta de 1946. Marcelo Rubens Paiva, analisando o papel político que os militares desempenharam em 1964, considerou que "as Forças

20 - BRASIL, 1964. p. 3.257

21 - Os anos de chumbo revisitados. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 ago. 1996. Caderno Mais!, p. 7.

22 - SOUZA, 1994. p. 3.

23 - AMOROSO LIMA, 1966. p. X Et



chamadas pornochanchadas. A música popular brasileira também sofre os efeitos da repressão, em particular a Bossa Nova, em sua fase 'favela', de identificação com a questão social. O obscurantismo atinge também a Universidade, com a expulsão de físicos, médicos, juristas, historiadores e cientistas sociais, além de centenas de estudantes"³³.

Para pôr em ação o controle impositivo sobre a sociedade civil, o regime militar tratou logo de aparelhar o Estado com um conjunto de órgãos encarregados de promover um processo metódico de repressão a todos os brasileiros que se colocavam em oposição aos "princípios inarredáveis em que se assentava a ordem política vigente"³⁴. Os aparelhos repressivos de Estado assumiram a seguinte configuração:

Nesta estrutura estatal de repressão, o ex-Serviço Nacional de Informação foi "idealizado como órgão central de um sistema de informações e de segurança"³⁵. A socióloga norte-americana Martha Huggins, com base nas suas pesquisas sobre o envolvimento dos Estados Unidos com o regime militar, afirmou que a Agência Central de Informações (CIA) ajudou a montar o extinto Serviço Nacional de Informação "fornecendo até a lista das pessoas que eram confiáveis para seus quadros"³⁶. A lógica que presidia o funcionamento do "sistema de informação e de segurança" foi descrita por um dos seus organizadores, o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, que chefiou o Centro de Informações da Aeronáutica até 1971, assim:

"Esses serviços eram muito bem relacionados, muito bem montados, com ligações diretas entre o CISA, o CIE, o Cenimar, o DOI-CODI, as chefias de controle de operações constituídas em várias áreas, a Operação Bandeirantes e o SNI. Os contatos eram muito estreitos, e havia uma confiança total entre nós. Auxiliamos muito o Exército, a Marinha, e as operações sempre transcorreram muito bem. Nunca houve uma superposição real. Houve, sim, uma cooperação muito grande entre todos os serviços, e nenhum deles querendo ser superior ao outro. Ainda que a Marinha não estivesse igualmente aparelhada quanto aos meios de comunicações, ela também cooperou fundamentalmente conosco. E o Exército, apesar de ter cometido alguns excessos querendo suplantar alguma operação iniciada por nós ou pela Marinha, voltava atrás, reconhecia, e passava a cooperar 100%. Porque havia uma coisa fundamental: uma absoluta confiança entre os chefes dos serviços - eu, o Coelho Netto [general-de-divisão], o general Fiúza de Castro e outros"³⁷.

Um dos principais meios de obtenção de informações, através da máquina estatal de repressão que garantia a segurança do regime militar, foi a tortura dos presos políticos. O próprio brigadeiro João Paulo Moreira Burnier é acusado de ter sido um dos torturadores. Pesa contra ele, entre outras, a morte sob tortura, em junho de 1971, de um militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Uma das testemunhas do assassinato de Stuart Edgard Angel Jones concedeu um depoimento ao historiador Hélio Silva, no qual fez as seguintes acusações:

"São muitos os assassinos responsáveis direta ou indiretamente pela morte de Stuart e outros no CISA, na Base Aérea do Galeão. Os brigadeiros Burnier e Carlos Afonso Dellamora, o primeiro-chefe da Zona Aérea e o segundo-comandante do CISA, foram diversas vezes à Base Aérea e participaram dos interrogatórios, partindo deles, em última instância, a orientação do assassinato. (...) Participaram da minha tortura e da de Stuart, conjunta ou isoladamente, as seguintes pessoas, fora outras que não conheço pelo nome e são seus algozes, torturadores e assassinos: brigadeiro Burnier; brigadeiro C. Afonso Delamora (do CISA); tenente-coronel Muniz (do CISA), conhecido como 'dr. Luiz'; tenente-coronel Abílio Alcântara (do CISA), conhecido como 'dr. Pascoal'; capitão Lúcio Barroso (do Cisa), conhecido como 'dr. Celso'; major Pena (do CISA), conhecido como 'dr. Pedro Paulo'; capitão Alfredo Poeck (do Cenimar), conhecido como 'Mike' ou 'dr. Roberto'; Mário Borges (do DOPS), conhecido como 'coronel Bob'; Jair Gonçalves da Mota (do DOPS), ex-guarda ferroviário, informante e chefe do Setor de Captura, conhecido como 'Capitão'; informante da Polícia de apelido 'Marreco'; e o PE Eduardo (do DOPS), conhecido como 'Norminha' e outros que por não ter certeza não irei nominar, mas os reconheceria"³⁸.

Mas, o regime militar não matou sob tortura apenas os militantes das organizações de esquerda que participaram da luta armada. O deputado Rubens Beirodt Paiva (Partido Trabalhista Brasileiro) também foi seqüestrado, torturado e assassinado nas dependências do Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército (Rio de Janeiro), em 1971; foi cassado pelo Ato Institucional n°

seq.

24 - CAMPOS, 1994. p. 566.

25 - BRASIL, 1964. p. 3.217.

26 - BRASIL, 1964. p. 3.217.

27 - BRASIL, 1964. p. 3.217.

28 - SILVA, 1975. p. 69.

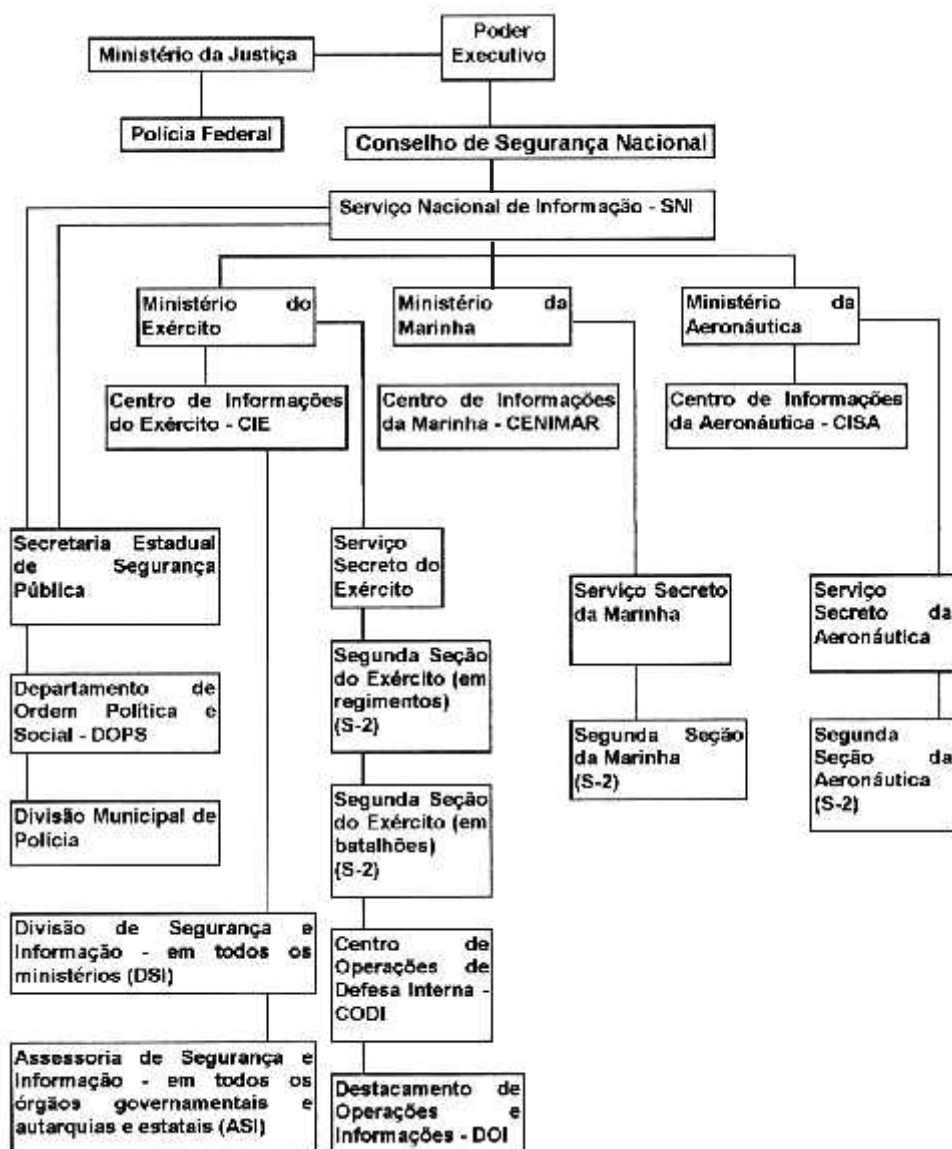
29 - SILVA, 1975. p. 432.

30 - BRASIL, 1964. p. 3.217.; BRASIL, 1964. p. 3.257.; BRASIL, 1964. p. 3.313.

31 Terrorismo, não! Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 3 abr. 1964. Caderno 1. p. 01.

32 - Terrorismo, não! Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 3 abr. 1964. Caderno 1. p. 01.

1 porque ocupou a vice-presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito do Instituto Brasileiro de Ação Democrática³⁹. As investigações chegaram à conclusão de que os Estados Unidos haviam financiado a campanha eleitoral de várias centenas de candidatos antigovernamentais nas eleições parlamentares de 1962⁴⁰. Eunice Paiva, esposa do deputado Rubens Beirolt Paiva, em peregrinações por Brasília na busca do marido desaparecido, concluiu que nem mesmo a direção nacional do Movimento Democrático Brasileiro sabia como o aparato repressivo do regime militar funcionava. Quando do seu encontro com os dois principais líderes do Movimento Democrático Brasileiro, os deputados Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, afirmou que:



33 - CERQUEIRA, 1993, p. 361.

34 - MÉDICI, 1971, p.174.

35 - Poder do SNI conspirou contra regime militar. O Estado de São Paulo, São Paulo, 12 jun. 1994. Caderno A, p. 12.

36 - Socióloga revela ações da CIA no Brasil. O Estado de São Paulo, São Paulo 26 jan. 1997. Caderno A, p. 27. Um exame mais detalhado da participação do governo norte-americano nos golpes de Estados na América Latina, nas décadas de 60 e 70, pode ser encontrado em: HUGGINS, Martha K. Polícia e política: relações Estados Unidos / América Latina. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998. 292 p.

*"Na Câmara Federal poucos sabiam da existência do DOI-CODI. Com a imprensa sob censura, muitos deputados pensavam que se houvesse tortura isso era contra os comunistas de guerrilha... Lembro até hoje a cara de espanto do Tancredo Neves, quando eu contei como o Rubens, eu e minha filha tínhamos sido presos. E o Ulysses ficou com os olhos cheios de lágrimas. Naquele momento eles perceberam que as mulheres deles também poderiam ser presas. contei que eram homens sem farda, sem nome, falei dos capuzes. Foi a primeira vez que eles ouviram essas coisas de alguém em quem realmente confiavam. Lembro-me também do Milton Campos (ex-senador mineiro, falecido). Ele chorava e me dizia: 'Não é possível, e pensar que eu ajudei essa Revolução a vencer' "*⁴¹.

A responsabilidade pela morte do deputado Rubens Beirolt Paiva, nas dependências do I Exército recaiu, mais uma vez, sobre o grupo de torturadores que tinha com chefe o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. A revista *Afinal* descreveu o derradeiro ato de

violência que suprimiu a vida do deputado assim: "*a fonte mostra-se segura ao fazer esta afirmação: o homem que golpeou Rubens Paiva com a submetralhadora era o brigadeiro João Paulo Burnier, então comandante da III Zona Aérea*"⁴². O jornal *O Estado de São Paulo* noticiou que o despacho do juiz-auditor Osvaldo Lima Rodrigues Junior, da 1ª Auditoria Militar, concluiu que eram passíveis de indiciamento e denúncia, no caso do assassinato do deputado Rubens Beirolt Paiva, os seguintes integrantes das Forças Armadas brasileiras:

*"o brigadeiro João Paulo Burnier; os coronéis do Exército Ney Mendes e Francisco Domingos Santos Cardoso; o coronel da Aeronáutica Nereu de Mattos Peixoto; os tenentes-coronéis do Exército Ronaldo José da Motta Baptista de Leão e Armando Avólio Filho (recentemente afastado do cargo de adido militar da embaixada do Brasil em Londres, por envolvimento em tortura)"*⁴³.

A tortura dos presos políticos foi usada em larga escala. O grupo *Tortura Nunca Mais* estima que ocorreram durante o regime militar, dois mil casos de tortura⁴⁴. Ricardo Brandão, ex-presidente do Movimento Matogrossense pela Anistia e Direitos Humanos, descreveu o processo institucionalizado de tortura nos órgãos de repressão do regime militar assim:

*"(...) médicos, psicólogos, especialistas em guerra revolucionária, analistas e todo um batalhão de colaboradores, muitos deles recrutados no mundo civil assessoram os torturadores para extrair dos prisioneiros o máximo de informações. Sofisticaram-se os aparelhos de infringir a dor e vemos, horrorizados, toda uma galeria de instrumentos destinados à tortura, como a cadeira do dragão, as câmaras refrigeradas, as salas de som, as salas de luz intensa, as celas de desequilíbrio psíquico, incorporadas ao arsenal dos inquisidores, numa demonstração inequívoca de que, afinal, havia o terrorismo ganhado o status de autarquia estatal, pois para a sua consecução eram necessárias verbas e mais verbas com um imenso apoio financeiro, com cronogramas e inclusão em orçamentos de Estado" (grifo nosso)*⁴⁵.

A exposição circunstanciada de Ricardo Brandão foi confirmada por duas fontes que emergiram dos próprios porões do sistema estatal de terrorismo. Depois de ter sido reconhecido por Inês Etienne Romeu como um dos torturadores do centro de tortura que funcionava na rua Arthur Barbosa (nº 668), em Petrópolis (Rio de Janeiro), o médico psiquiatra Amílcar Lobo⁴⁶ declarou quais eram as suas funções nos aparatos repressivos do I Exército:

*"Passei um tempo no Forte de Copacabana e depois fui designado para a Polícia do Exército. Médico recém-formado, logo no primeiro dia de trabalho mandaram-me atender uma pessoa que havia sido torturada. Era um senhor que estava nu, sentado no chão. A pessoa que estava com ele colocou uma espécie de luva de metal na mão e com ela deu-lhe um violento soco nas costas. Se aquele senhor estivesse morrendo, não escaparia do golpe. (...) quando atendia um preso eu nunca perguntava quem ele era. Prescrevia os medicamentos pelos números dos presos e de suas celas. (...) Dizem, por exemplo, que apliquei eletrochoques. Mas eram choques medicamentosos, que qualquer psiquiatra aplica em certas situações e em qualquer clínica do Brasil"*⁴⁷.

A segunda, trata-se do capitão João Câmara Gomes Carneiro, ex-oficial do Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército. Ele foi "tachado por diversos presos políticos como o mais cruel e truculento dos torturadores do início dos anos 70"⁴⁸. Segundo a revista *ISTOÉ*, "*(...) o ex-oficial continua defendendo com ardor as torturas aplicadas nos porões da repressão. Ele repete a tese de que se estava em guerra e todos os métodos se justificavam para conseguir uma informação dos prisioneiros*"⁴⁹.

O general-presidente Ernesto Geisel, segundo o brasilianista norte-americano Thomas Skidmore tinha, como primeiro inimigo, a chamada linha dura militar, que estava determinada a empregar a tortura para desestabilizar a política de "distensão lenta, gradual e segura"⁵⁰. Mas não foi assim que se posicionou, nos idos de 1965, o então chefe da Casa Militar do governo do general-presidente Humberto de Alencar Castello Branco. Naquela oportunidade, o general Ernesto Geisel assumiu o encargo de averiguar as condições dos presídios políticos do Recife⁵¹, sede do IV Exército. A violência política desencadeada pelo regime militar em Pernambuco foi de tal ordem que até mesmo o insuspeito embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, reconheceu: "o Exército cometeu excessos vergonhosos

37 - D'ARAÚJO, 1994, p. 194-195.

38 - SILVA, 1983, p. 38.

39 - Segundo DREIFUSS (1981:102), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática "foi denunciado como sendo uma das principais operações políticas da CIA no Rio, sendo basicamente uma organização de ação anticomunista".

40 - ARAÚJO et al., 1995, p. 378.

41 - Como morreu Rubens Paiva (a busca dos desaparecidos). Afinal, São Paulo, 16 jul. 1985, p. 11.



no Recife⁴². Entretanto, a postura assumida pelo general Ernesto Geisel foi de escamotear o que estava ocorrendo. Quem denunciou o fato foi o jornalista Márcio Moreira Alves:

*"O general Ernesto Geisel viu muita coisa em sua rápida passagem por Pernambuco. Ao sair, no entanto, fez uma declaração incompleta. Disse que os presos políticos estavam sendo normalmente tratados, dentro das circunstâncias excepcionais que atravessamos. Acredito que isto seja verdade. Como já escrevi, o único caso de espancamento que conheço posterior a junho, é o do repórter José Carlos Rocha. Mas não é a verdade inteira. O general Geisel não disse que levava na pasta as radiografias e os laudos médicos, inclusive de médicos militares, sobre Valdir Ximenes, nem que tinha ouvido, da boca das vítimas, minuciosas descrições de torturas, com acusações precisas aos torturados e as datas em que foram realizadas. Não creio que, sonhando esta parte da verdade, esteja o honrado general Geisel servindo nossa terra da melhor maneira possível"*⁴³.

Hoje, após a publicação de suas memórias, fica claro porque o general Ernesto Geisel acobertou os torturadores do Recife no pós-64. Nelas, ele manifestou que:

"Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. (...) Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!" (grifo nosso)⁴⁴.

As suas declarações em defesa da tortura, como um mecanismo repressivo garantidor da governabilidade do Estado ditatorial, expôs, de maneira irremediável, a face mais obscura do regime militar. Ou seja: o regime militar, para se reproduzir politicamente teve de lançar mão do terrorismo estatal de forma sistemática.

CONCLUSÃO

O terror de Estado, implantado pelo regime militar, teve o começo de seu declínio marcado por acontecimentos econômicos e políticos ocorridos na primeira metade da década de 70.

A crise econômica que se abateu sobre o sistema capitalista mundial, com o chamado "choque do petróleo" (1973-1974), atingiu o Brasil e colocou fim, por extensão, no ciclo do "milagre econômico" (1968-1973). Portanto, a primeira metade da década de 70 foi marcada pelo início da desaceleração no ritmo de crescimento do modelo econômico baseado na modernização autoritária das relações capitalistas de produção que o regime militar havia implantado desde 1964.

Nesse contexto de crise econômica, o partido de sustentação parlamentar do regime militar - a Aliança Nacional Renovadora (ARENA) - sofreu duas derrotas eleitorais para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - o partido que aglutinava as oposições. Nas eleições parlamentares de 1974, o regime militar foi derrotado em 16 dos 22 estados da Federação, tanto em número de cadeiras para o Senado Federal quanto em termos de votos

42 - Como morreu Rubens Paiva (a busca dos desaparecidos). Afinal, São Paulo, 16 jul. 1985, p. 8.

43 - Juiz não queria arquivar caso Rubens Paiva. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 ago. 1995. Caderno A, p. 10.

44 - Livro revela bastidores da tortura militar. O Estado de São Paulo, São Paulo, 18 set. 1994. Caderno A, p. 4.

45 - BRANDÃO, 1981. p. 32-33.

46 - O ex-segundo-tenente do Exército Amílcar Lobo morreu, aos 58 anos, vítima de pneumonia, infecção generalizada e isquemia cardíaca, em 22 de agosto de 1997, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o jornal O Estado de São Paulo, "o médico trabalhou de 1970 a 1974 na sede da Polícia do Exército (RE), no Rio, onde tratou de presos políticos torturados durante o regime militar sob o codinome Carneiro. Ele foi acusado de fazer testes de resistência nos torturados e usar métodos para reanimá-los" (Amílcar Lobo morreu aos 58 anos no Rio de Janeiro. O Estado de São Paulo, São Paulo, 23 ago. 1997. Caderno A, p. 23.).

absolutos. Essa manifestação oposicionista da sociedade civil demonstrou claramente que já não era possível a manutenção pura e simples dos aparelhos estatais repressivos que utilizavam centros secretos para torturar os presos políticos.

As principais agências da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, passaram a denunciar, por meio de relatórios e em fóruns internacionais, a violação dos direitos políticos no país⁵⁵. A pressão política exercida pela sociedade civil reduziu o campo de ação dos atos terroristas emanados dos aparelhos repressivos do regime militar. O fim da tortura como mecanismo de repressão estatal ocorreu quando das mortes do jornalista Wladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, nas dependências do Departamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, com sede em São Paulo. Depois desses assassinatos, o general-presidente Ernesto Geisel foi obrigado a demitir o comandante do II Exército, o general Ednardo D'Avilla Mello⁵⁶.

As mais recentes revelações sobre os porões da ditadura militar dão conta de que a tortura, como método sistemático de obtenção de informações dos opositores do regime militar, era uma prática repressiva de conhecimento do Alto Comando das Forças Armadas; por conseguinte, dos generais prepostos que usurparam o Poder Executivo da República brasileira com o golpe de Estado de 1964. Em depoimento para a revista *Veja*, de 9 de dezembro de 1998, o ex-tenente do Exército Marcelo Paixão de Araújo, acusado pelo relatório *Brasil: nunca mais* de ter torturado cerca de trinta presos políticos entre 1968 e 1971, afirmou que:

*"As altas autoridades do país foram as primeiras a tirar o seu da reta. Morri de rir ao ler o livro sobre o Geisel. Segundo o depoimento de Geisel, ele não sabia de nada, mandava apurar tudo, era um inocente. É uma gracinha isso tudo. Todos os agentes do governo que escreveram sobre a época do regime militar foram muito comedidos. Farisaicos, até. Não sabiam de nada, eram santos, achavam a tortura um absurdo. Quem assinou o AI-5? Não fui eu. Ao suspender garantias constitucionais, permitiu-se tudo o que aconteceu nos porões. É claro que havia diversas pessoas envolvidas nisso" (grifo nosso)*⁵⁷.

Em outro depoimento, desta vez de José Anselmo dos Santos (o ex-cabo Anselmo), um dos líderes da revolta dos marinheiros (1964), e depois delator e colaborador da repressão⁵⁸, infiltrado na Vanguarda Popular Revolucionária dirigida pelo ex-capitão Carlos Lamarca, a evidência de que os membros do Poder Executivo tinham poderes nas decisões sobre a repressão política ficou insofismável. O repórter Percival de Souza, da revista *Época*, relatou o seguinte sobre a dimensão do colaboracionismo do ex-cabo Anselmo com os órgãos de segurança do regime militar:

*"(...) Anselmo e o agente do Dops que fazia parceria com ele, usando o codinome César, recepcionavam os militantes que chegavam para reconhecimento do terreno, conduzindo-os diretamente para o aparelho. O trabalho de César era transportá-los 'fechados', com os olhos vendados, e depois providenciar documentação falsa para todos. Houve um dia em que um delegado da Polícia Federal relutou em fornecer um passaporte. O delegado Fleury deixou claro que era questão de segurança nacional. 'Só se o Comando do Exército autorizar', desafiou. O ministro do Exército telefonou em 40 minutos e o passaporte foi expedido na hora" (grifo nosso)*⁵⁹.

Esses depoimentos desmentem o general-presidente João Batista Figueiredo (1979-1985). Em entrevista ao jornalista Getúlio Bittencourt, em 1978, ele colocou em dúvida a existência da tortura nos órgãos de segurança do regime militar quando afirmou: "(...) no Estado Novo, sim, eu era cadete do Exército e tive conhecimento de torturas bárbaras, muito piores que estas que denunciam hoje, se é que estas existem mesmo" (grifo nosso). E foi além quando defendeu que não existia nenhum tipo de ligação entre o regime militar e o Esquadrão da Morte: "(...) contudo, dizer que o governo é responsável por essa situação é tão mentiroso como me atribuir a condição de torturador, como fizeram certas publicações estrangeiras, e como andam espalhando aqui dentro alguns indivíduos"⁶⁰. Depois, quando se cogitou a reabertura do processo jurídico, em 1996, do atentado à bomba na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (RJ), o general-presidente João Batista Figueiredo concedeu uma outra entrevista sobre a tortura durante o regime militar. Os principais pontos foram: 1-

47 - LOBO, 1987. p. 19 Et seq.

48 - Longe do ponto final. ISTOÉ, São Paulo, 8 abr. 1987. p. 26.

49 - Longe do ponto final. ISTOÉ, São Paulo, 8 abr. 1987. p. 26-27.

50 - SKIDMORE, 1996. p. 6.

51 - O coronel Hélio Ibiapina, um dos responsáveis pela violência política em Pernambuco no pós-64, declarou para Dom Helder Câmara que: "Invoco o seu testemunho para dizer que nunca neguei que as torturas existissem. Elas existem e são o preço que nós, os velhos do Exército, pagamos aos jovens. Caso tivessem os oficiais jovens empolgado (sic) o poder os senhores estariam hoje reclamando não de torturas mas de fuzilamentos. Nós torturamos para não fuzilar" (ALVES, 1966, p. 25.).

52 - GORDON, 1997. p. 43.

53 - ALVES, 1966. p. 58.

54 - D'ARAUJO et al., 1997. p. 225.

Sobre a existência da tortura: "(...) a tortura não é tradição do Exército, mas acho que herdamos muitas coisas do DOPS e da polícia". 2- Sobre a apuração da prática da tortura: "(...) isso ocorreu uma vez, quando o general Geisel era chefe de gabinete militar de Castello Branco e, pessoalmente, foi apurar denúncia de torturas contra dez militares, mas nada constatou". 3- Sobre os torturadores: "(...) se houve a tortura no regime militar, ela foi feita pelo pessoal de baixo, porque não acredito que um general fosse capaz de uma coisa tão suja; não aceito isso"⁶¹.

A tortura, como atividade repressiva orgânica dos órgãos de segurança do Estado ditatorial, estava em perfeita sintonia com a lógica de modernização autoritária das relações de produção que o capitalismo brasileiro sofreu durante a vigência do regime militar. O processo de transformação do capitalismo brasileiro numa sociedade urbano-industrial, nos 21 anos de regime militar, foi brutalmente acelerado. As mudanças econômicas e sociais engendradas nesse período⁶², cujo escopo principal era reforçar os laços de dependência em relação aos centros de dominação do sistema capitalista mundial, operaram uma ruptura com o passado agrário exportador; contudo, procurou preservar certos traços de continuidade quando manteve intacta a estrutura latifundiária e concentradora da renda nacional que, historicamente, marcaram a sociedade capitalista brasileira.

A prática sistemática da tortura de presos políticos durante o regime militar foi mais uma maneira, na larga tradição de violência instituída pelas classes dominantes, de impedir a manifestação de qualquer tipo de oposição dos excluídos ao modelo histórico de inserção da sociedade brasileira no sistema capitalista mundial. Para lograr êxito na sua empreitada, as classes dominantes não tiveram dúvidas em usar os aparelhos repressivos de Estado com o objetivo - como afirmou Dom Paulo Evaristo Arns - de "tocar nos corpos para machucá-los e matar. Tal foi a infeliz, pecaminosa e brutal função de funcionários do Estado em nossa pátria brasileira após o golpe militar de 1964"⁶³.

BIBLIOGRAFIA

Documentos governamentais

BRASIL. Poder Executivo. Atos do comando supremo da revolução. Ato nº 1 - Suspende direitos políticos. *Diário Oficial*. Brasília, 10 abr. 1964. Seção 1, p. 3.217.

BRASIL. Poder Executivo. À nação. *Diário Oficial*. Brasília, 11 abr. 1964. Seção 1, p. 3.257.

BRASIL. Poder Executivo. Ato Institucional. *Diário Oficial*. Brasília, 11 abr. 1964. Seção 1, p. 3.257.

BRASIL. Poder Executivo. Atos do comando supremo da revolução. Ato nº 4 - Suspende direitos políticos. *Diário Oficial*. Brasília, 14 abr. 1964. Seção. p. 3.313.

Jornais & Revistas

AGEE, Philip. Entrevista: A CIA fez o golpe de 1964. *Revista ISTOÉ*, São Paulo, p. 4-8, 10 out. 1997. (Entrevistador: Claudia Furiati).

FEROLLA, Sérgio Xavier. Março de 1964 - uma visão histórica. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 mar. 1994. Caderno 1, p. 3.

GORDON, Lincoln. Por que apoiou o movimento de 1964. *Jornal O Estado de São Paulo*, 27 mar. 1994. Caderno D, p. 3.

55 - ALVES, 1985. p. 159.

56 - D'ARAUJO et al., 1997. p. 375.

57 - Porão iluminado. *Veja*, São Paulo, 9 dez. 1998, p. 47.

58 - O ex-cabo Anselmo colaborou intimamente com o delegado Sérgio Paranhos Fleury (DOPS-SP), um dos mais ativos policiais do aparato de repressão do regime militar. Em recente entrevista, o ex-cabo Anselmo se referiu a ele nos seguintes termos: "(...) conheci uma pessoa que era realmente fascinante. Fascinante do ponto de vista de ser um pessoa ágil, decidida, apaixonada pelo que fazia. Era um líder" (Cabo Anselmo: o rosto da traição. *Época*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1999, p. 102).



GORDON, Lincoln. Entrevista: o embaixador e o golpe. *Revista Veja*, São Paulo, p. 40-43, 15 out. 1997. (Entrevistador: Eurípedes Alcântara).

LOBO, Amílcar. Entrevista: do fundo dos porões. *Revista ISTOÉ*, São Paulo, p. 18-22, 01 abr. 1987.

PASSARINHO, Jarbas. Reescrevendo a história. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 02 dez. 1997. Caderno A, p. 2.

SKIDMORE, Thomas. Soldado austero, preparou democracia. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 set. 1996. Caderno 1, p. 6.

SOUZA, Hebert de. Filhos do golpe reconstróem a cidadania. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 abr. 1994. Caderno 1, p. 3.

Amílcar Lobo morre aos 58 anos no Rio de Janeiro. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 ago. 1997. Caderno A, p. 23.

CONGRESSO: A despedida de Roberto Campos. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1999. Caderno A, p. 8.

Como morreu Rubens Paiva (a busca dos desaparecidos). *Revista Afinal*, São Paulo, 16 jul. 1985, p. 11.

Crescimento só reduz pobreza lentamente. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 dez. 1997. Caderno B, p. 1).

Juiz não queria arquivar caso Rubens Paiva. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 ago. 1995. Caderno A, p. 10.

Livro revela bastidores da tortura militar. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 set. 1994. Caderno A, p. 4.

Longe do ponto final. *Revista ISTOÉ*, São Paulo, p. 26, 8 abr. 1987.

Os anos de chumbo revisitados, *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 ago. 1996. Caderno: Mais!, p. 5.

Poder do SNI conspirou contra regime militar. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 jun. 1994. Caderno A, p. 12.

Socióloga revela ações da CIA no Brasil. *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 jan. 1997. Caderno A, p. 27.

Terrorismo, não! *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 abr. 1964. Caderno 1. p. 01.

Livros

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição (1964-1984)*. 3ª ed. Tradução: Clóvis Marques, Petrópolis, Vozes, 1985. 337 p.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966. 235 p.

AMOROSO LIMA, Alceu. Prefácio. In: ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966. p. VII-XIII.

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida et al. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. 440 p.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (Prefaciador). *Brasil: nunca mais*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 312 p.

BITTENCOURT, Getúlio. *A quinta estrela; como se tenta fazer um presidente no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. 204 p.

BRANDÃO, Ricardo. *Terrorismo, tortura e morte no Brasil*. Ponta Porã: [sn.], 1981, 61 p.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Tobooks, 1994. v. I; v. II, 1.417 p.

CERQUEIRA, Marcelo. *A constituição na História: origem e reforma*. Rio de Janeiro: Revan, 1993. 439 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 137 p.

D'ARAÚJO, Maria Celina et al (Org). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará 1994. 326 p.

D'ARAÚJO, Maria Celina et al (Org). *Ernesto Geisel*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 494 p.

DINIZ, Eli et al. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da nova república*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989. 190 p.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*.

59 - Cabo Anselmo: o rosto da traição. *Época*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1999, p. 99

60 - BITTENCOURT, 1978. p. 166-176.

61 - Figueiredo admite abusos durante regime militar. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 dez. 1996. Caderno A, p. 15.

62 - Em 1980, a população urbana brasileira representava 67,6%, sendo que 35% da população, correspondendo a mais de 42 milhões de pessoas, achavam-se concentradas em 30 aglomerações urbanas com mais de 250.000 habitantes. Além disso, os três setores da economia nacional apresentavam as seguintes percentagens: primário (29,9%); secundário (24,4%); e terciário (45,7%) (DINIZ et al, 1989:25-26).

63 - ARAÚJO et al, 1998. p. 23.

Tradução: Ayeska Branca de Oliveira Farias et al. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 814 p.

DULLES, John W. F. *Castello Branco: o presidente reformador*. Tradução: Heitor A. Herrera. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. 518 p.

FLORESTAN, Fernandes. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC, 1980. 293 p.

FLORESTAN, Fernandes. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 157 p.

FREIRE, Alipio et al (Org.). *Tiradentes: um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997. 518 p.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-"milagre"*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 152 p.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998. 292 p.

JAGUARIBE, Helio. *Brasil: crise e alternativa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. 157 p.

PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 705 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 102 p.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 476 p.

SILVA, Hélio. *Emílio Médici: o combate à guerrilha (1969-1974)*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. 38 p.

VIANNA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército & Livraria José Olympio Editora, 1975. t I; t II, 572 p.

*Amarílio Ferreira Júnior é doutor em História Social (USP-SP) e professor da Universidade Federal de São Carlos (Departamento de Educação).